



Defensor Público Geral

Ricardo Queiroz de Paiva

Subdefensor Público Geral

Thiago Nobre Rosas

Corregedor-geral

Marco Aurélio Martins da Silva

Subcorregedor

Vitor Kikuda

Subcorregedora

Karlla Alynne Queiroz D'Oliveira



Edição semestral

#4/Dezembro de 2021

Produção Editorial

Diretoria de Comunicação da Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Coordenação

André Alves e Florêncio Mesquita

Edição

Márcia Guimarães e Vitor Gavirati

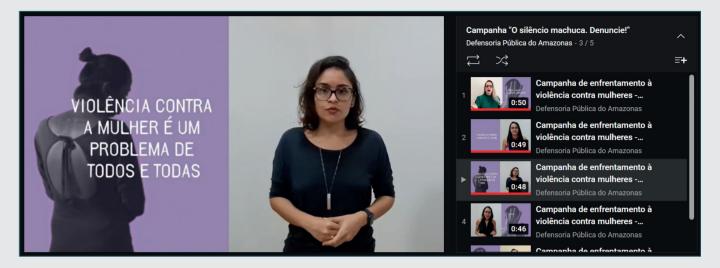
Projeto Gráfico e Diagramação

Natália da Silva Nakashima e Paulo Maciel

Sede Administrativa: Avenida André Araújo, nº 679, Aleixo - Manaus/AM Informações: Disk 129 | www.defensoria.am.def.br

ONLINE





O silêncio machuca

Durante o Agosto Lilás, mês de conscientização e combate à violência contra a mulher, a DPE-AM encampou a campanha "O Silêncio Machuca!". Em vídeos, defensoras públicas mostraram exemplos de situações em que mulheres são violentadas diariamente. O intuito foi mostrar que o problema vai além das agressões físicas e encorajar vítimas a denunciarem os casos.

A quem interessa?

O semestre também foi de defesa das prerrogativas da Defensoria Pública. A ADI 6852, que questiona a possibilidade de requisição de informações pelas Defensorias Públicas em todo o país, entrou em pauta no STF. Diante disso, a DPE-AM usou as redes sociais para informar à população sobre os prejuízos de eventual perda do direito de requisição.



Para que você entenda, hoje, as Defensorias têm acesso a

(

Ô

Q

Notificação

Já pensou receber uma mensagem no WhatsApp quando o edital daquele tão aguardado concurso é publicado? Pois, é... A DPE-AM brincou nas redes sociais com essa possibilidade. O certame para defensoras e defensores públicos está em andamento e reserva vagas para pessoas com deficiência, negros, indígenas e quilombolas. Saiba mais na página 22.



EDITORIAL Defender

Dezembro de 2021 **QUARTA EDIÇÃO**

MIOPIA EM DIREITOS

Chegamos à quarta edição da revista Defender! O projeto de ter uma publicação semestral para reforçar a divulgação do trabalho da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM) tomou forma. Mais que um resumo das principais ações realizadas a cada seis meses, a Defender é um espaço de consulta para quem faz a Defensoria. Um local a ser buscado sempre que se queiram referências sobre a instituição.

Uma instituição de olho na injustiça. Lutando para que cidadãs e cidadãos não sejam penalizados, por exemplo, pelas falhas do sistema judiciário. Como no caso do ajudante de pedreiro de Coari, nas páginas 8 e 9, em que você entende como a Defensoria volta os olhos a quem precisa, quer, mas muitas vezes não consegue ser enxergado.

A miopia é um distúrbio em que objetos próximos são vistos com clareza, enquanto os que estão distantes não. A Defensoria, como uma lente, busca em Coari, em São Gabriel da Cachoeira, e em tantos outros rincões do Amazonas fazer a população ser olhada com a nitidez que a constituição garante. É sobre ser ferramenta para remoção da opacidade e da visão turva de quem acompanha de longe, das

capitais, do alto das estruturas de poder enraizadas, as mazelas sociais.

É combatendo a miopia social em torno dos direitos que a DPE-AM tira da invisibilidade, por exemplo, filhos e familiares das vítimas de feminicídio. Por trás das estatísticas, como bem mostrou a pandemia de Covid-19, existem famílias, histórias, perdas que não podem ser reparadas. Assim como o distante, o vazio deixado pela partida precisa ser visto.

Por essas e outras, a verdadeira vitória na conquista de um prêmio como o Innovare está na mensagem proposta pela iniciativa vencedora e não no triunfo em si. A DPE-AM venceu a 18ª edição do Prêmio Innovare, na categoria Defensoria Pública, com o projeto Órfãos do Feminicídio. A partir da página 14, você conhece a iniciativa e a verdadeira luta que pauta os participantes. A falta de uma manchete na capa é, na verdade, um convite à reflexão que toda esta edição propõe.

Ter uma Defensoria visionária e vigilante depende de quem a faz. O que em um mundo tão complexo significa dizer: depende de toda a sociedade. Coloque os óculos verdes e corrija a sua miopia.



Revista Defender
Publicação foi
lançada durante
a pandemia de
Covid-19 e vem
mostrando a força
do trabalho da
Defensoria Pública
em meio à crise
humanitária.

06 Ementas

Notas sobre o semestre da Defensoria Pública

07 Sempre mais

DPE-AM registra 2 milhões de atendimentos em 4 anos



10 Na mídia

Trabalho da DPE-AM repercute na imprensa

12 Perfil

Conheça a história da emblemática defensora pública Domingas Laranjeira





SUMÁRIO

20 Diálogo

Defensor público Marcelo Pinheiro explica projeto Defensoria Digital e fala sobre novas vulnerabilidades com avanço da internet

22 Crescimento

DPE-AM ganha reforço no quadro profissional com concursos públicos para membros, servidoras e servidores

23 Ubuntu

Projeto no Polo do Madeira leva educação em direito a escolas de Humaitá

24 Planejamento estratégico

Defensoria Pública define metas e estratégias para buscar avanços até 2024

25 Opinião

Por um teto todo seu

26 Água

Defensoria ganha decisão para incluir 60 mil famílias na tarifa social

Auxílio Home Office –

Estagiários da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM) que exercem suas atividades em teletrabalho começaram a receber o Auxílio Home Office. O benefício tem como objetivo a compensação das despesas decorrentes do trabalho em casa. O pagamento ocorre junto ao da bolsa de estágio. O valor é de R\$ 167,20 mensais, pago de forma proporcional aos dias trabalhados em regime remoto.

Atuação Estratégica –

A DPE-AM realizou, em agosto, o 1º Encontro de Atuação Estratégica. Voltado aos membros da instituição, o evento virtual teve debates com a participação de defensoras e defensores públicos de outros estados. Mediação, Conciliação, Solução Consensual de Conflitos e Educação em Direitos foram alguns dos temas discutidos durante a programação.



Porta de entrada

A Defensoria se tornou uma das instituições habilitadas para acionar o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameacados de Morte no Amazonas (PPCAAM/AM). O público infanto-juvenil que sofreu por causa da exploração sexual, assédio, foi testemunha de crime ou esteja sendo ameaçado, por exemplo, pode buscar a DPE-AM para ingressar no Programa.

Diversidade sexual

No Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, a DPE-AM instaurou o Grupo de Trabalho "Diversidade Sexual, Identidade de Gênero e Cidadania". A iniciativa foi pensada a partir da necessidade de promover a defesa dos direitos da população LGBTQIA+, além de fomentar a educação em direitos humanos para enfrentar o preconceito e a discriminação. O objetivo do Grupo de Trabalho é identificar violações de direitos humanos no âmbito da Segurança Pública. Um dos focos será atuar na formação, treinamento e capacitação de agentes de segurança pública para o atendimento ao público LGBTQIA+.

Brasília

O defensor público geral, Ricardo Paiva, apresentou para pastas do Governo Federal projetos e programas desenvolvidos pela DPE-AM, em diversas áreas, a fim de propor parcerias que possam beneficiar grupos em situação de vulnerabilidade. Em Brasília, Paiva também visitou membros da bancada federal do Amazonas, ao longo do último semestre. Foram apresentados aos parlamentares, os avanços conquistados pela Defensoria Pública, especialmente no interior do Amazonas, e elencados projetos que podem ser fortalecidos ou implementados a partir do recebimento de emendas parlamentares.



Defensoras Populares —

A DPE-AM promoveu ao longo do 2º semestre de 2021 a primeira edição do curso Defensoras Populares. O projeto busca capacitar em educação em direitos da mulher e direitos humanos as mulheres que se destacam como lideranças populares, especialmente aquelas que lidam com a população em situação de vulnerabilidade. As aulas estão ocorrendo em formato telepresencial e on-line para a capital e o interior do Amazonas, com transmissão por meio do Centro de Mídias da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (Seduc).





Defensoria registrou 2 milhões de atendimentos em quatro anos. Atendimento virtual e polos no interior impulsionam o alcance junto à população

Texto Márcia Guimarães

s servicos prestados aos cidadãos pela Defensoria do Amazonas somaram um total de 2.062.282 atos de atendimento em quatro anos. Os números foram impulsionados com a im- cos como pensão alimentícia e divórcio, plantação de polos, localizados no in- é a mais demandada. Os atos de atenterior do estado. São dez, ao todo, que abrangem 42 municípios e chegam a potencialmente 1,5 milhão de pessoas. dos serviços prestados aos assistidos. 🏶

Contabilizados pela Diretoria de Planejamento e Gestão da DPE-AM, esses dados refletem o maior alcance da instituição junto à população e revelam que a área de Família, que inclui servidimento são acões judiciais, peticões, recursos e requerimentos que resultam

Atendimento com psicólogos e servico social foi implantado em 2020.

Em alta ATENDIMENTO

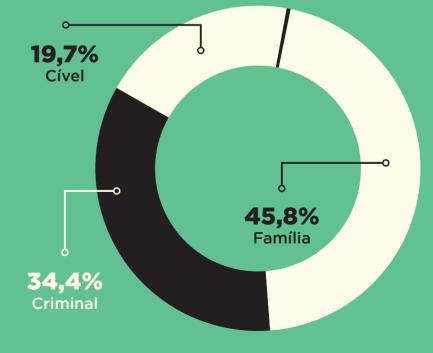
Psicossocial



atos 108.578

2021

2020



6 | Defender Defender | 7

LIBERDADE

Com atuação da Defensoria, inocente deixa a prisão após quase cinco anos. Homem foi acusado de participar do assassinato do tio

Texto Márcia Guimarães

uatro anos, seis meses e seis dias. Ou 1.648 dias. Esse foi o tempo que um ajudante de pedreiro de 30 anos de idade passou na prisão no município de Coari (a 363 quilômetros de Manaus), depois de ser acusado injustamente de homicídio qualificado no assassinato do próprio tio. O crime ocorreu em 2011 e, em 2015, ele teve sua prisão preventiva decretada. A comprovação da inocência só veio em 2021, no dia 18 de agosto, após a atuação da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM) em julgamento no Júri Popular, por meio dos defensores públicos que atuam no Polo de Coari.

O ajudante de pedreiro estava sendo acusado de ter induzido o tio a beber para que o autor do crime efetuasse os disparos que causaram a morte

da vítima. O ajudante de pedreiro e o autor do crime eram conhecidos. O assassino também era conhecido da vítima. No dia do homicídio, o autor dos disparos discutiu com a vítima e acabou matando-a a tiros.

"Ele nunca se escondeu, mas mesmo assim foi decretada a prisão preventiva em 2015, porque ele não foi achado. Nesse meio tempo, ele fugiu, mas no final das contas, ficou 4 anos e 6 meses preso", conta o defensor público Thiago Torres, que atua no Polo de Coari.

De acordo com o defensor, inicialmente o Ministério Público acusou o ajudante de pedreiro de ser o autor do crime e, posteriormente, de ter participado do homicídio, até que a Defensoria comprovasse que ele não teve participação.

"As testemunhas confirmaram que não havia animosidade entre ele e o tio, e que o fato se originou de uma discussão com o verdadeiro assassino, que efetuou os disparos. A arma não era dele. Foi comprovada a inocência. Ele não era o autor, nem participou do assassinato do tio".

Para Thiago Torres, não se trata de uma absolvição, mas da comprovação de que o ajudante de pedreiro não participou nem foi o autor do crime.

Thiago dividiu com outro colega do Polo de Coari, Bernardo Campos, a sustentação oral na defesa do acusado, durante o julgamento do Tribunal

"Argumentamos que o Ministério Público nunca irá pedir a absolvição, mesmo sabendo que o réu não tinha sido autor dos disparos ou mesmo que não tivesse participado do crime, pois ele nunca induziu o tio para ser vítima do homicídio", afirma Torres.

O defensor público Bernardo Campos diz que a sustentação oral foi um momento tenso que terminou com muita emoção. "Me senti na obrigação de fazer o meu melhor, mas também na obrigação de absolvê-lo. Como a gente percebeu desde o início que ele não tinha participação no crime, me senti responsável por absolvê-lo. Quando a decisão foi anunciada, ficamos emocionados", lembra.

Para Bernardo Campos, o caso do ajudante de pedreiro demonstra o quanto a Defensoria Pública é importante, não só no Amazonas, mas também em todo o País, e principalmente no interior dos Estados.

"É no interior que ocorrem as maiores injustiças, principalmente quando a pessoa fica abandonada, sem assistência jurídica integral e gratuita nos

degradante, humilhante, sem uma defesa digna e efetiva, como ocorreu nesse caso, em que ele ficou preso quase cinco anos e foi absolvido. Isso emocionou muito a gente", diz o defensor Bernardo Campos.

que no dia 23 de agosto foi celebrado o Dia Internacional do Combate à Injustiça e que, segundo a Associação Nacional das Defensoras e Defensores

presídios dos interiores, em situação Públicos (Anadep), em 70% dos casos de presos injustamente, a falha acontece no reconhecimento.

"Não é apenas sobre absolver ou condenar, é sobre fazer justica. Tanto é que falei, no julgamento, que o lema da Defensoria é "Verdade, Responsa-O defensor Thiago Torres lembra bilidade e Justiça", diz Thiago, explicando que, agora, com a atuação do Polo de Coari, a população não está mais desamparada, pois pode contar com a assistência da instituição.

EM 1.648 DIAS...



João* poderia ter concluído uma graduação em Educação Física ou Biotecnologia. Os cursos são oferecidos por UEA e Ufam em Coari.



Três grandes eventos esportivos aconteceram. Foram eles: a Copa do Mundo de 2018, na Rússia; os Jogos Pan-Americanos de 2019, no Peru; e as Olimpíadas de 2021, no Japão.

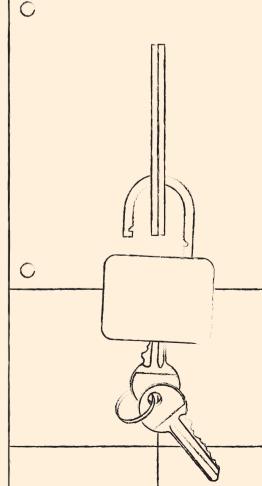


João poderia ter iniciado uma relação e estar preparando o casamento. Segundo pesquisa do Bridebook, em média, um casal demora 4 anos e 11 meses até o matrimônio.



Um empresário teria recuperado o investimento feito em uma franquia, já que isso geralmente ocorre em até 36 meses, segundo a Associação Brasileira de Franchising (ABF).

*Nome fictício usado para preservar a identidade do assistido da DPE-AM.

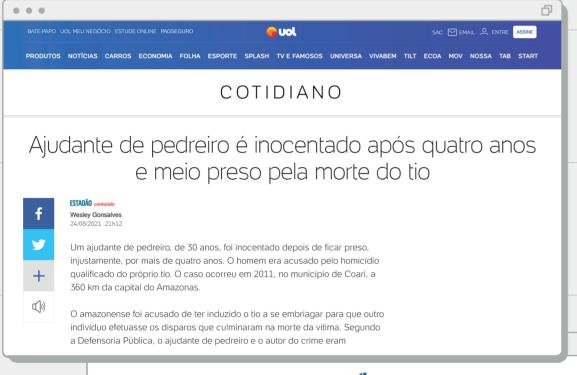


Não é apenas sobre absolver ou condenar, é sobre fazer justiça

Thiago Torres, defensor público do Polo de Coari.

AMIDIA

Casos com atuação da Defensoria Pública e avanços da instituição pelo Amazonas ganharam repercussão na imprensa no 2º semestre de 2021. Veja alguns dos assuntos que foram destaque da mídia durante a metade final do ano.







Força, coragem e quebra de tabus

Domingas Laranjeira enfrentou a pobreza e o preconceito para se tornar uma das primeiras defensoras públicas do Amazonas

Texto Márcia Guimarães Fotos Clóvis Miranda e Acervo Pessoal

oragem, atrevimento e pitadas de um humor irreverente. É dessa mistura que é feita Maria Domingas Gomes Laranjeira, 68, ou "Yáyá", para os mais íntimos. Independente, três filhos, três netos, nascida na pobreza rural, enfrentou preconceitos para viver do seu jeito e seguir carreira no Direito, flamenguista e uma das primeiras defensoras públicas do Amazonas. A história dela daria um livro ou dois. Viu a Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM) nascer, acompanhou e atuou em todas as etapas de crescimento da instituição e hoje segue na ativa. "Não tenho vontade de me aposentar, não". "Se eu não morrer antes, só saio quando fizer 75".

Domingas Laranjeira milita, como costuma dizer, na assistência jurídica à população, desde o dia 1º de junho de 1985, quando começou a trabalhar no então Departamento de Assistência Judiciária da Secretaria de Justiça do Estado. "Não éramos designados como defensores públicos. Nosso cargo era de advogado de ofício", conta. A Defensoria Pública só foi criada



a DPE-AM, somente em 30 de marco de 1990. Com a criação da instituição, aqueles que já atuavam como advogado de ofício puderam optar pela car- e ganhava um bom salário como proreira de defensor público.

Infância na zona rural

Mas a trajetória de Domingas começou muito antes, em 1952, quando nasceu "em cima de um couro de boi", em um sítio na zona rural de Boa Vista, Roraima. Filha de mãe analfabeta e pai que não completou o ensino ginasial, casal que trabalhava na roça para sobreviver, Domingas conheceu cedo as dificuldades da pobreza. Foi alfabetizada em casa, por um tio professor e só foi para a escola aos 11 anos de idade.

A mais velha de oito filhos, Domingas, ainda criança, teve que cuidar de irmãos mais novos e de afazeres domésticos enquanto os pais trabalhavam. O apelido "Yáyá" é uma homenagem à avó paterna. O nome Domingas homenageia a avó materna. A homenagem à avó paterna veio no apelido. "Tenho o apelido até hoje. Na minha cidade, todo mundo me conhece como "Yáyá".

Domingas também trabalhou em casa de família quando criança fazendo trabalho de "minidoméstica", como diz, para poder começar a estudar. "Lavava banheiro, ajudava a lavar louça, essas coisas", registra.

Relação com o Direito

A relação de Domingas com o Direito começou após o fim de seu casamento, em um momento de guinada da vida. Vencendo barreiras, a jovem "Yáyá" conseguiu terminar os estudos no então "Pedagógico", o equivalente a um ensino médio que formava professores para dar aula até a sexta série. Já formada, casou aos 21 anos e separou-se dois anos depois, já com um filho para criar. "O que não consegui foi ser submissa. Nunca consegui e me separei", diz.

Era 1976 e Domingas, aos 23 anos, viajou a Manaus para se arriscar no vestibular e foi aprovada para o curso de Direito da Universidade Federal do

pela Constituição Federal, em 1988, e Amazonas (Ufam). "Escolhi Direito pela minha vontade de fazer justica", afirma Domingas.

> Na época, Domingas já trabalhava fessora em Boa Vista, mas teve que abdicar do emprego para estudar. De um salário de 4 mil da moeda da época, a renda dela caiu para 1 mil, da ajuda de custo oferecida pelo pai. "E desses 1 mil, eu pagava 900 só de pensionato". Formou-se em 1981 e foi a segunda mulher da história a ser oradora de uma turma de Direito.

Carreira

A carreira na assistência jurídica à população teve início em 1985, quando foi contratada para o Departamento de Assistência Judiciária da Secretaria de Justiça. Como advogada de ofício, a função de Domingas era a mesma que hoje faz pela Defensoria - levar acesso à Justica aos que não podem pagar uma defesa particular. Entrou contratada e foi aprovada em um concurso realizado anos depois.

Durante o processo de criação da Defensoria, Domingas teve papel importante junto aos deputados estaduais para definir os termos da lei que seria aprovada na Assembleia Legislativa do Estado. Com a criação da instituição, em 1990, optou pela carreira de defensora pública.

Ao longo da carreira, lutou por aumento salarial para a categoria, batalhou para que fosse realizado o primeiro concurso com os defensores públicos aprovados e atuou em causas relevantes, como a que garantiu a quitação de imóveis no sistema financeiro de habitação no início dos anos 2000 para centenas de famílias. Como defensora, Domingas atuou nas áreas Criminal, Trabalho e Cível.

Em 36 anos de carreira, Domingas diz que tem uma dívida consigo mesma: não ter atuado em um júri popular. E assim, a menina "Yáyá", que deixou os trabalhos domésticos para conquistar a independência pela educação, se tornou a "Dra. Domingas", figura emblemática da história da DPE-AM.







Carreira de Domingas se confunde com história da DPE-AM

12 Defender Defender | 13



projeto Órfãos do Feminicídio, idealizado pelo Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Nudem) da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM), venceu o 18º Prêmio Innovare. A iniciativa tem o objetivo de prestar assistência jurídica e psicossocial a crianças e adolescentes que perderam suas mães para o feminicídio. O Órfãos do Feminicídio concorreu, na final, com o Grupo de Trabalho de Mulheres e Bebês em Situação de Vulnerabilidade no Centro do Município de São Paulo, da DPE-SP, na categoria Defensoria Pública. O resultado foi anunciado em cerimônia no dia 7 de dezembro, no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília.

Nesta edição, o prêmio destacou a Defesa da Igualdade e da Diversidade. O Órfãos do Feminicídio tem como

autoras as defensoras públicas Caroline Braz, coordenadora do Nudem que deu início ao projeto em 2018, e Pollyana Vieira, que coordenou o núcleo entre 2019 e 2020. A iniciativa oferece atendimento jurídico e psicossocial através da Defensoria Pública e instituições parceiras para crianças e adolescentes órfãos das vítimas do crime de feminicídio.

Por meio do projeto, o Nudem fez um levantamento dos processos tipificados como feminicídio (consumado ou tentado), iniciados a partir de março de 2015, nas três Varas do Tribunal do Iúri da Comarca de Manaus. A partir disso, foi feita uma busca ativa e contato com as famílias das vítimas, além do acompanhamento social e psicológico com visitas domiciliares, repetidas a cada seis meses para coleta de dados por entrevistas, para identificar as





condições dos órfãos e os fatores que levaram aos casos de feminicídio.

"Estou muito feliz de ver um projeto que iniciamos em 2018, na coordenadoria do Núcleo da Mulher, ter sido vencedor do Prêmio Innovare. A partir de agora, temos a oportunidade de tirar esses órfãos do feminicídio da total invisibilidade em que se encontram", Atendimentos comemora a defensora Caroline Braz.

Ela ressalta que o prêmio é a oportunidade de tirar os órfãos da invisibilidade a partir da relevância nacional. "Essa é a grande vitória dessa prática, poder estabelecer nacionalmente um protocolo de atendimento de emergência a essas crianças, porque hoje estamos fazendo a busca ativa dessas famílias, ou seja, as famílias estão perdidas, sem saber onde procurar ajuda. A grande vitória é conseguir atender e tirar essas crianças da invisibilidade", destaca a defensora.

A defensora Pollvana Vieira também comemorou e destacou o papel de difusão da prática. "Estou muito feliz com a notícia. É um projeto que o núcleo desenvolveu com muito carinho. A proximidade com essas famílias foi fundamental para entender o quanto o projeto pode amenizar com

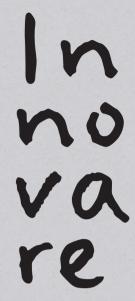
o acolhimento a dor dessas famílias. O importante da repercussão do prêmio é que torne o projeto conhecido por outras Defensorias, outras instituições, para ser replicado e para que, finalmente, essas famílias saiam da invisibilidade", afirma.

A primeira fase do projeto teve como foco os processos de 2015 até o fim de 2018 que estavam tramitando nas três Varas do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJ-AM).

No período, ao todo, o Nudem analisou 84 casos de feminicídio em Manaus, dentre eles 52 tentados e 32 consumados. Foram realizadas visitas a 28 famílias, sendo que 11 permaneceram sendo acompanhadas até o final.

Como o feminicídio afeta todo o núcleo familiar das vítimas, o projeto atendeu aproximadamente 60 pessoas, entre filhos, filhas, pais e mães diretamente e indiretamente afetados.

Os dados mais recentes foram registrados de 2019 a agosto de 2020. Nesse período, foram analisados cinco casos consumados - nenhuma das vítimas deixou filhos.



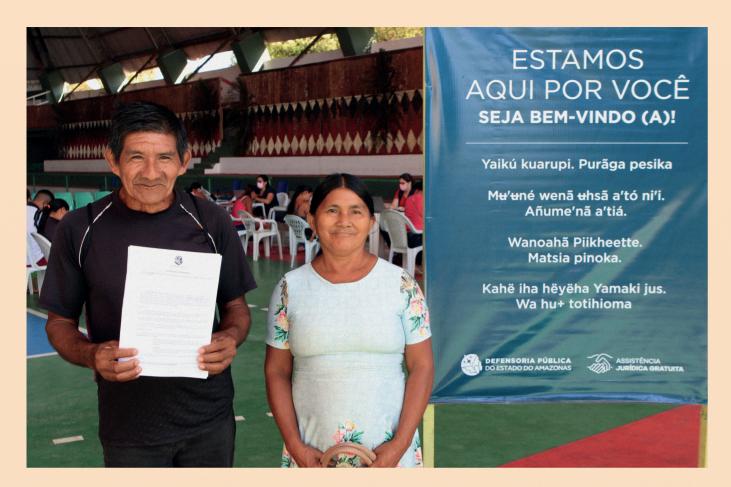
O Prêmio Innovare tem como objetivo identificar, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da Justiça no Brasil. Participam da Comissão Julgadora do Innovare ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST), desembargadores, promotores, juízes, defensores, advogados e outros profissionais de destaque interessados em contribuir para o desenvolvimento do Poder Judiciário.

Veja como foi o anúncio do prêmio Aponte o leitor de QR Code do seu





16 Defender Defender | 17



VOZ E EMPODERAMENTO

Décimo polo da Defensoria leva acesso à Justiça às populações do Alto Rio Negro. Região do Amazonas concentra 11 terras indígenas

Texto André Alves
Fotos Clóvis Miranda

s serviços jurídicos gratuitos da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM) chegaram à região com a maior diversidade linguística do Brasil, onde 23 povos indígenas anseiam por acesso à Justiça. O 10º Polo da Defensoria, sediado em São Gabriel da Cachoeira, foi inaugurado

no mês de setembro de 2021 e atende também os moradores de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro.

Ao todo, a região composta pelos três municípios abrange uma área de 295.917,10 quilômetros quadrados, com 11 terras indígenas, somando aproximadamente 100 mil habitantes – mais de 60% deles residindo em área rural. Com a nova unidade, a DPE-AM poderá alcançar aproximadamente 1,5 milhão de pessoas, em 46 municípios.

"A chegada da Defensoria à região do Alto Rio Negro, em especial ao município de São Gabriel da Cachoeira, é um marco na história da Defensoria Pública do Amazonas e de todo o sistema de Justiça", afirmou a defensora Isabela Sales, que atua no polo. Na avaliação dela, o acesso à Justiça precisa vencer uma série de distâncias, para além da distância física, "o que já

é um ônus nosso e que, felizmente, já está chegando mais perto de vencê-lo", ponderou.

"Mas existem também outras distâncias, como a estrutural e a cultural. Em vista dessas várias distâncias e peculiaridades é que nós sabemos o tamanho do desafio que é a implantação do polo do Alto Rio Negro, dadas as especificidades socioculturais da região, que é conhecida exatamente pela sua diversidade cultural e riqueza de recursos ambientais", reforçou Isabela Sales, lembrando que São Gabriel da Cachoeira é a única cidade do Brasil que têm, ao lado do português, mais três línguas oficiais: tukano, baniwa e nheengatu.

A agricultora Aparecida Torres da Silva, 22, é um exemplo do tamanho do desafio que é prestar assistência jurídica na Amazônia. Moradora do distrito de Cucuí, que fica a 250





Após a inauguração do Polo, Defensoria realizou mutirão de atendimentos em São Gabriel da Cachoeira

23

povos indígenas vivem na região do Alto Rio Negro

quilômetros da sede do município, ela viajou dois dias de barco para chegar à sede de São Gabriel da Cachoeira, a fim de pedir ajuda da Defensoria para retificar o documento do filho, de sete anos. "Tem umas coisinhas erradas na Certidão de Nascimento do meu filho e isso 'tá' me prejudicando no Bolsa Família", disse a agricultora, que pertence à etnia Baré.

Sem parentes na cidade, Aparecida dormiu no próprio barco em que viajou para, então, conseguir ser atendida. Com a intervenção da Defensoria junto ao cartório de São Gabriel da Cachoeira, a agricultora voltou para casa com a certidão do filho retificada.

Não é utopia

Para atuar no polo, a Defensoria deu posse a três servidoras aprovadas em concurso público. Entre elas está a advogada Darci Gama Firmo, natural de São Gabriel e que pertence à etnia Piratapuia. Formada em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), ela ocupa o cargo de Analista Jurídico. A servidora auxilia no trabalho das defensoras públicas Isabela Sales e Danielle Mascarenhas

"Sempre ouvi dizer que lutar por Justica era utopia. Para mim, não é", declarou Darci Gama Firmo, que se graduou em Direito, em Manaus, e retornou a São Gabriel da Cachoeira há cinco anos, onde já militava, de forma voluntária, em favor de indígenas que não tinham condições de arcar com as despesas de uma ação judicial. "Fiz muitas ações pro bono", relembra, ao se referir às ações "para o bem" de pessoas sem condições socioeconômicas. Ela afirma que, com a experiência, vai colaborar para que o trabalho da Defensoria na região se volte às particularidades dos indígenas.

"Sempre ouvi dizer que **lutar por Justiça** era utopia. Para mim, não é".

Darci Gama Firmo, analista jurídico do Polo do Alto Rio Negro.



18 Defender Defender

"O mundo virtual se tornou uma realidade"

Defensor público Marcelo Pinheiro reforça que a era digital traz novas vulnerabilidades à população



Texto **Thiago Hernandes**Foto **Clóvis Miranda**

s pessoas de modo geral vêm sofrendo com a vulne-rabilidade digital e a falta de conhecimento dentro do mundo online. A reflexão é do defensor público Marcelo Pinheiro. Preocupado com a situação, ele desenvolveu o projeto Defensoria Digital. Nesta entrevista, o coordenador da iniciativa, que está em implementação na Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM), esclarece como ela funciona para os assistidos e o quadro profissional da instituição. "É falar de algo em constante construção", adianta.

O que exatamente é a Defensoria Digital e quais os objetivos?

Temos que esclarecer que o projeto não é uma Defensoria, ele não é um órgão de atuação. Não é, por exemplo, uma Defensoria do Consumidor ou da Criança e Adolescente. É um projeto inserido dentro da estrutura da administração da Defensoria Pública como um todo, que visa fornecer o material adequado para que defensoras e defensores possam tutelar nossos assistidos da melhor forma possível. Com isso dito, a Defensoria Digital é um projeto que me parece ser inovador no Brasil, tendo como finalidade tentar entender quais são as novas vulnerabilidades que estão surgindo

ou se reformulando nessa era digital. Por exemplo, o consumidor hoje pode fazer compras pelo meio virtual, tendo sido potencializado pelo lockdown. O mundo virtual se tornou uma realidade, estando muito mais presente nas nossas vidas. Esse projeto visa justamente olhar todos os problemas que essa era digital vem trazer. A Defensoria Pública tem por papel fundamental na nossa constituição a defesa dos direitos humanos. Então, hoje estamos vendo novas violações se configurando. Quando você olha o cyberbullying, por exemplo, temos crianças e adolescentes sendo afetadas na sua integridade psicológica devido a esses ataques virtuais.

Como o projeto foi criado? A pandemia fez com que ele fosse impulsionado?

Ele surge em 2017. A Defensoria Pública me liberou para fazer meu mestrado em Filosofia do Direito, na Universidade de Coimbra, em Portugal, e lá me deparei com temas relacionados à tecnologia. Uma parte da minha dissertação tocava justamente na inteligência artificial. A partir desse momento, comecei a despertar um interesse por leituras desse gênero. Desde então viemos desenvolvendo isso. Foi quando criei um projeto e, em reunião com a Administração Superior da DPE-AM, ele foi aceito. Com a pandemia, houve uma antecipação de muitos projetos que eram para ser em cinco, dez, 15 anos. Por exemplo, aulas passaram a ser virtuais, o nosso atendimento teve que se readaptar para ser não presencial. Obviamente, que esse projeto ganhou mais força com a pandemia, porque a pandemia potencializou a virtualização do mundo, a virtualização do dia a dia.

Quais estão sendo os principais desafios para construir e implementar a Defensoria Digital?

A amplitude desse projeto é algo que todo dia vem se demonstrando maior. Então, falar sobre o projeto Defensoria Digital é falar de algo em constante construção. Todos os dias a gente tem novos problemas surgindo dessa era digital, temos tecnologias que são abandonadas e substituídas por outras em um ou dois anos. Coisas que usávamos por dez, 20, 30 anos estão ficando obsoletas muito mais rápido. Veja quanto tempo a humanidade usou uma máquina de escrever. Hoje, por exemplo, os aplicativos de relacionamento mudam de forma instantânea. A sociedade hoje é acelerada.

Mesmo assim, a implementação já está em andamento.

Já temos posturas práticas dentro da área da tutela de crianças e adolescentes. Tivemos reuniões com assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, representantes do Governo Estadual, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da sociedade civil como um todo, em parceria com o Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente da Defensoria (NUDE-CA/DPE-AM). Com o decorrer dessas reuniões nós percebemos os impactos dessas novas tecnologias em crianças e adolescentes. A pesquisadora de PhD da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, Mayara Felix foi mais uma a nos auxiliar. A conversa baseou-se principalmente nos impactos que as plataformas digitais, a exemplo das que operam com transportes de passageiros e as redes sociais, podem ocasionar nos usuários dos servicos da Defensoria Pública.

Guando falamos de problemas oriundos da era digital, são problemas que vão afetar a nossa comunicação, a forma como nos relacionamos, a forma como fazemos todas as nossas atividades.

Mayara comentou sobre como a coleta de dados, a ser devidamente manuseada pelas lentes da Economia Aplicada, pode trazer diversos resultados para o entendimento das relações entre o uso de tecnologias e as variadas circunstâncias do cotidiano numa sociedade tecnológica.

E a administração da Defensoria também pode ser alcançada com a Defensoria Digital?

Com certeza. Não vamos só entregar o material para os defensores que estão em atividade. Também vamos levar informações à administração da DPE-AM, para que providencie mudanças que possam melhorar o papel da Defensoria Pública nessa era. O projeto já iniciou, mas também posso dizer que

esse projeto não tem um fim porque a evolução da tecnologia é uma constante na história da humanidade.

O projeto prevê a construção de um centro de estudos. O que ele deve fazer?

O Centro de Estudo das Vulnerabilidades Digitais (CEVD) parte de uma premissa muito básica: se os problemas são complexos, as decisões para combater esses problemas ou amenizá-los não podem ser simplificadas. Então, na hora que falamos em tutela das vulnerabilidades na era digital, não podemos resumir apenas ao campo do Direito, porque ele é insuficiente. Quando falamos de problemas oriundos da era digital, são problemas que vão afetar a nossa comunicação, a forma como nos relacionamos, a forma como fazemos todas as nossas atividades. Se isso afeta em todas as instâncias do existir humano, procuramos ajuda em todos os campos do conhecimento. Como que nós, defensores públicos, vamos entender a complexidade de programações algorítmicas? Para entendermos isso, temos que pedir ajuda a engenheiros e programadores. O centro de estudos é justamente uma forma de se criar um espaço amplo de estudos transdisciplinares. Ou seja, pretendemos convocar para dentro do nosso centro os mais variados profissionais das áreas de conhecimento humano, para, dentro dessa perspectiva, treinar todos dentro da Defensoria Pública e assim tutelar o nosso assistido.

A Defensoria Digital é um projeto pioneiro no Brasil. Você acha que o projeto pode influenciar a Defensoria em outros estados a criar iniciativas parecidas?

Tomara que sim. A nossa intenção é desenvolver boas práticas dentro da DPE-AM. Esse é um projeto que pode perfeitamente ser adotado por outras defensorias, reformulado, melhorado. A Defensoria Digital pode ser, sem dúvidas, um grande projeto da Defensoria Pública brasileira.

20 Defender



Concurso para defensora e defensor público está em andamento. Quadro profissional da DPE-AM vem sendo reforçado com seleções públicas

Texto **Márcia Guimarães** Fotos **Clóvis Miranda**

m total de 2.105 candidatos estão disputando o novo concurso público para defensora e defensor público da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM). A primeira fase da seleção ocorreu no dia 12 de dezembro e o resultado final está previsto para 30 de junho de 2022. O concurso é realizada pela Fundação Carlos Chagas (FCC). Cinco vagas para o cargo de defensora e defensor de 4ª Classe estão sendo ofertadas. A remuneração inicial é de R\$ 14.600,30.

Das cinco vagas oferecidas inicialmente, duas são de ampla concorrência, uma é reservada a candidatos e candidatas com deficiência e duas são destinadas a pertencentes à população negra (pretos e pardos), indígena ou quilombola. As novas vagas podem ser preenchidas conforme a conveniência e a disponibilidade orçamentária da Defensoria, pelos aprovados remanescentes.

As provas são realizadas em Manaus, em quatro fases. A primeira, de Prova Escrita Objetiva (eliminatória e classificatória) foi a realizada no dia 12 de dezembro. A segunda fase, de Provas Escritas Dissertativas (eliminatória e classificatória), está marcada para 12 e 13 de fevereiro de 2022. A terceira fase, de Prova Oral (eliminatória e classificatória), está programada para o período de 12 a 16 de maio de 2022. A quarta fase, de Avaliação de Títulos (classificatória), ocorre na sequência.

As datas das provas orais serão publicadas no Diário Oficial da Defensoria e divulgadas nos sites da instituição - www.defensoria.am.def.br - e da FCC
- www.concursosfcc.com.br.

A publicação do resultado final do concurso, com a lista de aprovados, está prevista para o dia 30 de junho de 2022, conforme consta no edital de abertura do certame. Atualmente, a Defensoria conta com 134 defensoras e defensores.



Em 5 anos...

- > 129 servidoras e servidores empossados
- > 10 polos instalados no interior.

PORQUENO SOLVIOS

Atuando com adolescentes, Defensoria leva educação em direitos humanos e cidadania a Humaitá

Texto Márcia Guimarães Fotos Acervo pessoal

idiomas zulu e xhosa, do sul do continente africano. A quilômetros de distância dali, no sul do Amazonas, a Defensoria Pública do Estado (DPE-AM) no Polo do Madeira lançou em outubro um projeto de mesmo nome. Voltado à educação em direitos junto às escolas do município de Humaitá, o Ubuntu tem a ideia de trabalhar a educação em direitos humanos e em cidadania com os estudantes.

A Filosofia Ubuntu, de origem africana, é fundamentada em uma ética da coletividade, representada pela convivência harmoniosa com o outro e baseada na categoria do "nós", como membro de um todo social. Em Humaitá, o pensamento estimulou defensoras e defensores públicos a difundirem

conhecimento sobre direitos entre jovens, pensando no potencial de difusão e na conexão entre os adolescentes.

O primeiro local a receber atividades do projeto foi o Centro de Educação de Tempo Integral (Ceti). De acordo com o defensor público Daniel Bettanin, o retorno dos estudantes foi positivo e eles foram bastante participativos. "Debatemos, a partir de uma dinâmica dialógica, direitos fundamentais como liberdade de expressão, racismo, direitos da pessoa com deficiência e direitos das pessoas em situação de rua, dentre outros", disse o defensor.

Como resultado, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) entrou em contato com o polo da Defensoria e, no dia 22 de outubro, o defensor reuniu-se com representantes da pasta, para agir estrategicamente na prevenção da evasão escolar, que atinge muitas famílias, que não conseguem manter os filhos na escola.

"O maior percentual disso hoje, segundo a Seduc, é a perda dos alunos em decorrência de questões socioeconômicas, como o garimpo. Vamos colher dados para identificar todas as causas e agir de forma estratégica em cada demanda. Questões de violência e gravidez também pesam muito", explicou o defensor Daniel Bettanin.

O Polo do Madeira tem sede em Humaitá e atende também o município de Apuí, alcançando um total de 78.503 pessoas. Deste total, 22.359 residem em Apuí e 56.144 vivem em Humaitá.

Retorno dos participantes do projeto foi positivo, avaliaram os defensores





22 Defender Defender

FUTURO Metas definidas Dâmea Mourão OPINIÃO

Um Caminho para Todas e Todos

Planejamento Estratégico 2021-2024 da Defensoria tem o obietivo de orientar ações que devem ser empreendidas nos próximos anos

Texto **Ítala Lima** Fotos Clóvis Miranda

tica, empatia e humanização são algumas das palavras de ordem que alicerçam o caminho da Defensoria para os próximos quatro anos. Intitulado "Um Caminho para Todas e Todos", o Planejamento Estratégico da instituição para o quadriênio 2021-2024 anuncia uma atuação cada vez mais eficiente, acolhedora e democrática.

Construído a partir de entrevistas com assistidos e membros de outras

instituições, além de pesquisa com defensores, defensoras, servidores e gestores do órgão, o planejamento da Defensoria apresenta o diagnóstico da instituição, objetivos estratégicos, missão, visão e valores, formatando assim o mapa estratégico da DPE-AM. A apresentação oficial do planejamento foi realizada em setembro, na Arena da Amazônia.

O defensor público geral, Ricardo Paiva, acredita que o planejamento estratégico é um instrumento de potencialização da atuação da instituição, por meio de diretrizes e metas bem definidas, passo de grande importância para as transformações que se pretende alcançar.

"O planejamento estratégico é fruto do amadurecimento da Defensoria Pública, um caminho importante que vamos percorrer de 2021 a 2024. Nossos planos para o futuro refletem a visão de nossos assistidos, da sociedade civil, de outras instituições, de membros e servidores, pois foi um

planejamento construído por várias mãos" declara Paiva.

O Planejamento Estratégico foi desenvolvido por uma comissão, sob a coordenação da diretora de Planejamento e Gestão, Carol Ortiz Simonetti. "O resultado deste trabalho é uma construção coletiva", afirma a diretora.

O documento oficial traz padrões técnicos, conceitos e metodologia empregada na elaboração do planejamento, além dos resultados do diagnóstico estratégico e objetivos traçados para o fortalecimento da Defensoria do Amazonas, com a construção de ferramentas e estratégias que deixem a instituição mais eficiente e acolhedora, além de iniciativas para alcançar os objetivos estabelecidos.

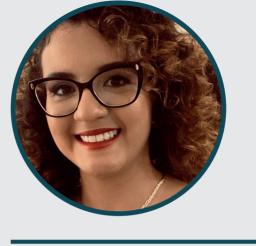
O quadro profissional e a sociedade podem conhecer a nova missão, visão, valores, além da identidade organizacional da Defensoria Pública por meio de um livro digital com todo o conteúdo do Planejamento Estratégico recém-apresentado.



Veja o Planejamento Estratégico 2021-2024 na íntegra



Aponte o leitor de QR Code do seu celular para a magem ao lado.



Carta a uma assistida

Por um teto todo seu

A DPE-AM criou um núcleo para ajudar mais e melhor a população que precisa de um lar. Esta é uma carta de apresentação

irginia Woolf, cara leitora, foi uma mulher especial. Escrevia e muito bem. Foi escritora que lutou para ter um teto todo seu para realizar sua vocação. E, sobre esse ofício com a palavra, escreveu um livro que leva o mesmo título desta carta, para realçar a importância de se ter um lar para viver, de preferência, em paz, para ser e realizar.

Esta é uma carta de apresentação. A Defensoria Pública do Estado do Amazonas criou um núcleo em setembro de 2020 para ajudar mais e melhor os assistidos e as assistidas que precialidade em nosso país. Segundo dados sam de um lar, a fim de proteger um direito fundamental previsto na nossa Constituição Cidadã: a moradia. É um direito fundamental e social. Porque uma sociedade saudável, justa e solidária como quer a nossa Lei Maior dispensa que as pessoas vivam em um lugar digno, para chamar de casa, de lar, de teto seu.

dimento Fundiário da Defensoria Pública, o NUMAF, ajuizamos ações como de usucapião, reintegração ou

manutenção de posse, entre outras, para todo aquele que estiver sofrendo com algum tipo de "invasão" de seu terreno, assim como fazemos a defesa de quem está sendo chamado a responder a um processo administrativo (se a Secretaria do Meio Ambiente, por exemplo, lhe entregou alguma notificação) ou judicial (para apresentar, p. ex., contestação numa ação possessória).

Esta carta é escrita em especial para a assistida mulher saber que estamos por aqui à disposição: você sabia que as leis e atos normativos têm previsto que os títulos e documentos que versam sobre direitos reais (assim que a lei chama a relação da pessoa com alguma coisa que usa, uma casa, um carro, por exemplo) devam sair preferencialmente em nome da mulher, esta heroína que costuma chefiar tantos lares, não é mesmo? Esta é a redo IBGE, de 2010, 39,3% das famílias em áreas urbanas tinham mulheres como responsável e 24,8% em áreas rurais. Certamente esses números aumentaram, mais de dez anos depois.

Então, esta carta agora segue para (a mesma Constituição Federal), não um convite final. Você, mulher, que assume tantos deveres com sua família, seu trabalho dentro e fora de casa. deve assumir um dever consigo mes-No Núcleo de Moradia e Aten- ma: de procurar informar-se de seus direitos e buscar cada dia mais torná--los realidade. Creio que já avançamos muito - tento ter um olhar otimista

sobre a vida. Precisamos ter esperanca... aliás, assim a Defensoria Pública costuma ser vista, como o órgão que traz esperança ao cidadão.

Então busque conhecer-se, conhecer seus direitos, e saber como protegê-los e vê-los respeitados. Porque assim agindo, amanhã seus filhos e suas filhas terão uma estrada um pouco menos árdua para trilhar. E verão pelo seu exemplo que também deverão aprender a se defender na vida e a defender seus direitos.

A mesma Virginia chegou a dizer que, pela maior parte da história, "anônimo" (forma como se atribuía a autoria desconhecida de obras) foi uma mulher. O NUMAF, de sua parte, para buscar a defesa do direito à moradia, a todos e a você, mulher, se compromete a tirar as pessoas necessitadas da invisibilidade, para que o Estado as veja e lhes dê o que é de direito.

Dâmea Mourão, defensora pública e, desde 2020, coordenadora do Núcleo de Moradia e Atendimento Fundiário da DPE-AM.

24 | Defender Defender | 25

Aguas para Manaus



Pedido da DPE-AM leva em conta a defasagem entre o número de beneficiários e o de famílias que preenchem os requisitos para serem incluídas no benefício

Defensoria obtém liminar em Ação Civil Pública para inclusão de mais de 60 mil famílias na tarifa social de água e esgoto em Manaus

Texto Márcia Guimarães Foto Clóvis Miranda

Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon) da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM) obteve, em setembro de 2021, liminar em Ação Civil Pública que garante a inclusão imediata de mais de 60 mil famílias na tarifa social da água e esgoto em Manaus. A decisão determina que a concessionária Águas de Manaus inclua automaticamente na tarifa social todos os beneficiários do Programa Bolsa Família e os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), que possuam ligação de água, no prazo de 60 dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 30 mil, para cada dia de descumprimento.

O pedido da DPE-AM e a decisão levam em conta a grande defasagem

entre o número de beneficiários atual e o de famílias que preenchem os requisitos para serem incluídas no benefício, além de uma interpretação extensiva de Lei Federal (Lei 14.203/2021, famílias. que alterou a Lei 12.212/10) que vincula a tarifa social de energia aos cadastros usados como referência para programas sociais do Governo Federal, Bolsa Família e CadÚnico, onde estão reunidos dados sobre famílias de baixa renda, que têm direito à tarifa social.

Na decisão em que concede a liminar, a juíza da 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, Kathleen dos Santos Gomes, pondera que a Defensoria apresentou documentos que comprovam que grande parte da população de Manaus que poderia estar sendo beneficiada pela tarifa social de água não utiliza o auxílio, por ausência de cadastro na Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus (Ageman). A decisão é de 20 de setembro deste ano.

Na ação, os defensores demonstram o déficit entre o total de inscritos no CadÚnico e no Bolsa Família em relação aos beneficiários da tarifa social em Manaus. Em junho de 2021, o número de famílias da cidade inscritas no CadÚnico era de 262.568 e no Bolsa

Família era de 131.469. No entanto, há apenas 69.555 clientes cadastrados na tarifa social de água e esgoto na cidade. A diferença é de, ao menos, 61.914

Os números foram informados no Relatório do Ministério da Cidadania sobre Bolsa Família e CadÚnico e em respostas da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (Semasc) e da Ageman a ofícios do Nudecon de pedidos de informação.

A magistrada também levou em conta na decisão o desconhecimento de grande parte da população em relação a seus direitos. "Observa esta magistrada que, muito provavelmente, boa parte dos possíveis beneficiários sequer têm conhecimento da benesse da qual poderiam dispor, exercendo a Defensoria Pública papel decisivo na inclusão da população vulnerável nos auxílios que lhe são outorgados pelo ordenamento jurídico, visando à igualdade material, exposta no 'caput' do artigo 5º da Constituição Federal", pontua.

A juíza também destaca como justificativa para a liminar o contexto pandêmico "que se arrasta por meses, trazendo instabilidades sociais e econômicas que prejudicam, de forma brutal, a população hipossuficiente".

Canais de Comunicação Interna da DPE-AM

Novidades, informações, curiosidades.

Você mais conectado com a Defensoria

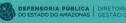


Programa de Educação Financeira



Atenção, servidor (a)! Se você é da **Turma 1**, arraste para cima e assista a aula.

Início: 13/07 – 14h





Os canais de comunicação interna da Defensoria proporcionam transparência às decisões institucionais.

Membros, servidores e demais colaboradores recebem informações valiosas que influenciam em sua rotina de trabalho e promovem a reflexão sobre temas sensíveis.



Escaneie o QR Code no seu WhatsApp e mande uma mensagem para participar.



Atendimento sem sair de casa

Maior comodidade e segurança para a população na resolução de conflitos

Na Defensoria, você realiza agendamento online e recebe atendimento virtual para questões da **área Cível**.

agendadpeam.com



